

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO – CE**  
**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO – DEC**  
**LICENCIATURA EM PEDAGOGIA – ÁREA DE APROFUNDAMENTO EM**  
**EDUCAÇÃO DO CAMPO**

**EDUCAÇÃO DO CAMPO E CULTURA INDÍGENA:**  
uma (re)introdução nos costumes do indígena Potiguara

CLAUDIJANE LUCIANO PAIVA

Orientadora: Dra. Eunice Simões Lins

JOÃO PESSOA  
2018

CLAUDIJANE LUCIANO PAIVA

**EDUCAÇÃO DO CAMPO E CULTURA INDÍGENA:**  
uma (re)introdução nos costumes do indígena Potiguara

Monografia apresentada como requisito para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia à banca examinadora no Curso Pedagogia – Área de Aprofundamento em Educação do Campo do Centro de Educação (CE), Campus I da Universidade Federal da Paraíba.

**Orientadora: Dra. Eunice Simões Lins**

JOÃO PESSOA  
2018

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

P149e Paiva, Claudijane Luciano.

EDUCAÇÃO DO CAMPO E CULTURA INDÍGENA: uma (re)  
introdução nos costumes do indígena Potiguara /  
Claudijane Luciano Paiva. - João Pessoa, 2018.  
35 f. : il.

Orientação: Eunice Simões Lins.  
Monografia (Graduação) - UFPB/CE.

1. Educação do campo. Costume Indígena. I. Lins, Eunice  
Simões. II. Título.

UFPB/BC

CLAUDIJANE LUCIANO PAIVA

**EDUCAÇÃO DO CAMPO E CULTURA INDÍGENA:**

uma (re)introdução nos costumes do indígena Potiguara

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Curso de Pedagogia – Área de Aprofundamento em Educação do Campo da Universidade Federal da Paraíba, Campus I, como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de LICENCIADO EM PEDAGOGIA.

Assinatura do autor:



APROVADO POR:



Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dra. Eunice Simões Lins



Prof. Ricardo de Carvalho Costa



Prof. Luciano de Sousa Silva

Dedico este trabalho primeiramente a Deus e à Virgem Maria, por serem essenciais em minha vida, autores de meu destino, meus guias, socorro presente na hora da angústia e por terem me dado a oportunidade de chegar até aqui. Dedico também à minha mãe, rainha e guerreira que sempre esteve ao meu lado.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a Deus e à Virgem Maria Santíssima por terem me concedido todos esses dias, em sete anos de universidade, muita saúde, força e determinação para concluir o curso e o trabalho de final de curso. Sem eles, nada disso seria possível. Também sou grata ao Senhor por ter dado saúde aos meus familiares que sempre torceram por mim, aos meus amigos que estiveram ao meu lado e por ter tranquilizado o meu espírito nos momentos mais difíceis da minha trajetória acadêmica até então.

Agradeço à minha mãe Ana Cláudia Luciano dos Santos que em nenhum momento recusou a me ajudar quando necessário, uma rainha que merece todo esse orgulho de ver sua filha formada pela Universidade Federal da Paraíba e como sempre digo: não te trago ouro e nenhuma riqueza desse mundo, mas, te dou meu amor e minha eterna gratidão por tudo.

Agradeço aos meus avôs paternos Crinaura Alice Gonçalves Paiva e Armando Gonçalves Paiva por terem depositado confiança em mim desde quando eu era criança, pelo cuidado, atenção e amor.

Agradeço a Leandro Raniere por ser um namorado compreensivo, parceiro, atencioso e amoroso. Você é um dos responsáveis por eu chegar até aqui, obrigada pelas caronas, por dá dinheiro para xérox, palestras, cursos... enfim, gratidão.

Agradeço também à minha sogra Sandra Regina do Nascimento, minha segunda sogra Carmen Lúcia do Nascimento, Sônia Maria do Nascimento, Maria Regina do Nascimento, a vocês minha eterna gratidão por sempre me ajudarem quando precisei, vocês fazem parte dessa história.

Agradeço aos meus amigos do grupo dos Bests por sempre me darem apoio e torcerem junto comigo na conclusão de meu curso.

Agradeço a todos os professores que compartilharam comigo um pouco de suas experiências, especialmente a professora Eunice Simões, que me deu todo o suporte partilhando seus conhecimentos para que eu construísse um TCC bem feito e organizado e o principal, seus incentivos e sorrisos sinceros. Um exemplo de ser humano, compreensiva, educadíssima e profissional. E a sua mestranda Flávia Lopes que foi de extrema importância no processo de construção do TCC.

Agradeço à Universidade Federal da Paraíba por me proporcionar um ambiente criativo e amigável para os estudos e a todos os colegas de turma que junto comigo realizaram esse sonho, especialmente ao meu amigo Cícero Madeiro morador e indígena da Baía da Traição que me ajudou na realização do meu Trabalho de Conclusão de Curso.

*“Somente após a última árvore ser cortada.  
Somente após o último rio ser envenenado.  
Somente após o último peixe ser pescado.  
Somente então o homem descobrirá que  
dinheiro não pode ser comido!”*

*(Provérbio Indígena)*

## RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a importância da cultura e de seus costumes indígenas junto às crianças da 3º série do Ensino Fundamental I da Escola Estadual Akajutibiró, compreendendo a significância da educação indígena ao tratar de cultura e tradição na comunidade Potiguara. Selecionamos a pesquisa descritiva com abordagem qualitativa e realizamos três visitas na escola campo buscando identificar se a unidade escolar apresentava projetos que pudessem partilhar saberes culturais indígenas. Ao perceber que o único projeto da escola nesse viés estava extinto, colocamos em prática o projeto horta na escola e foi possível perceber a participação das crianças na construção da oficina de forma favorável com o incentivo para continuar o estudo a partir da solicitação do Cacique Geral. Como resultado, esse estudo revelou que a educação escolar indígena tem avançado, principalmente após a inserção de profissionais da Educação do Campo, mas, ainda precisa ser bastante discutida e colocada em prática de acordo com a realidade de cada comunidade. Por mais que esse tipo de educação seja assegurada por lei, como uma educação diferenciada, as metodologias ainda deixam a desejar, o que acaba atrapalhando algumas possibilidades educativas que estejam associadas com a cultura e tradição dos povos indígenas Potiguaras.

**Palavras-chave:** Cultura Indígena. Educação do Campo. Costumes Indígenas.



## ABSTRACT

The research aimed to analyze the importance of the culture and its indigenous customs with together with the children of the 3rd grade of Elementary School I of the Escola Estadual Akajutibiró, understanding the significance of indigenous education in dealing with culture and tradition in the Potiguara community. We selected the descriptive research with a qualitative approach and visited to the school field for three times to identify if the unit presented on projects wich one could share indigenous cultural knowledge. When realizing that the only school project in this bias was extinct, we put the garden project into practice at school. And then it was possible to realize the colaborative learning of the students during the building of the workshop in a meanful way to continue the research according to Cacique's requested. As a result, this study revealed that indigenous school education has advanced, especially after the insertion of field education professionals, but still needs to be quite discussed and put into practice according to the reality of each community. Although this type of education is guaranteed by law, as a differentiated education, methodologies are still lacking, which ends up disrupting some educational possibilities that are associated with the culture and tradition of the indigenous Potiguaras.

**KEYWORDS:** Indigenous Culture, Field Education, Indigenous Customs.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2 CONHECENDO OS POTIGUARAS .....</b>	<b>14</b>
2.1 OS POTIGUARAS NA PARAÍBA .....	15
2.2 A ALDEIA AKAJUTIBIRÓ .....	17
<b>3 UM BREVE HISTÓRICO SOBRE A EDUCAÇÃO DO CAMPO .....</b>	<b>20</b>
3.1 O QUE É EDUCAÇÃO DO CAMPO?.....	21
<b>4 AGRICULTURA FAMILIAR .....</b>	<b>24</b>
<b>5 COMO SE DÁ O PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM.....</b>	<b>27</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>32</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>34</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As populações do campo, especificamente os povos indígenas, têm lutado para garantir os direitos constitucionais, enfrentando os latifúndios e o agronegócio. A Educação do Campo tem sido uma alternativa na busca por relações mais equilibradas, procurando metodologias educacionais diferenciadas para a consolidação de escolas voltadas especificamente para as populações camponesas onde atuam professores provenientes das próprias comunidades. Portanto, a Educação do Campo é, de fato, primordial nessas populações, pois é valoriza as diversidades existentes no contexto rural, respeitando cultura e saberes.

Um dos saberes existentes na cultura indígena é o manuseio de terras para plantação de alimentos, porém, esse costume, e tantos outros, foram massacrados com a chegada dos portugueses ao Brasil no ano de 1500. Com a escravização dos índios pelos portugueses, a cultura e os costumes dos povos indígenas sofreram fortes modificações.

No entanto, os indígenas ainda lembram sua trajetória e suas tradições dando continuidade a seus projetos coletivos de vida guiados pelo entendimento da importância das riquezas herdadas de seus ancestrais. Esse resgate cultural unido com a Educação do Campo tem o papel de desenvolver e formar sujeitos críticos, reflexivos e agentes de transformação e desenvolvimento.

Por não existir tanto o resgate de suas tradições e costumes, existem muitos índios que saem de suas aldeias em busca de trabalho na cidade, os chamados índios urbanizados, eles não têm a mesma perspectiva dos aldeados, pois não dependem de território para sobreviver, ou seja, não dependem da cultura e do cultivo, mas, nem por isso devem ser excluídos de sua cultura indígena (LUCIANO, 2006). A consequência disso é que os índios aldeados têm uma perspectiva de vida mais voltada para a valorização de seus costumes tradicionais, tendo como foco a cultura e o cultivo de seus alimentos para sobrevivência e fonte de renda.

A agricultura no Brasil abrange uma diversidade característica, pois tem uma heterogeneidade de ambientes naturais. Na Baía da Traição, município localizado no litoral norte da Paraíba, não é diferente. Por ser um território que fica às margens costeiras, o solo é propício para a plantação de vegetais, frutas e raízes. Nesta cidade, está localizada a maioria das aldeias indígenas Potiguaras, comunidades que ainda cultivam culturas tradicionais. Uma fruta que os Potiguaras têm em fartura nessa região é a mangaba, pois ela nasce com facilidade e com isso colabora com o sustento das famílias.

Diante disso, acreditamos que a valorização da cultura e do manuseio de terras dos índios Potiguaras na Paraíba deve ser mantida, inclusive nas práticas educacionais, para que sejam preservadas a cultura histórica de toda comunidade indígena.

Acredita-se que o grande problema da desvalorização da cultura indígena é que, na sociedade brasileira atual, há um número elevado de pessoas que herdaram alguns conceitos negativos sobre o modo de vida indígena, o que gera preconceito e evasão nas aldeias. Muitos índios, por vergonha da sociedade preconceituosa e até mesmo por obterem conhecimentos técnicos diferenciados, acabam deixando suas aldeias para irem morar na zona urbana. Por isso surge a necessidade de trabalhar a conscientização da importância do resgate da cultura e tradição indígena nas gerações que estão surgindo, principalmente com as crianças indígenas, que são o futuro do país e de suas aldeias.

As escolas públicas da Baía da Traição facilitam o acesso das crianças à educação, colaborando assim para a diminuição da evasão dessa comunidade. O ensino nessas escolas do campo é diferenciado, além de estudar os conteúdos que o não índio estuda, as crianças potiguaras estudam arte e cultura indígena, língua Tupi e etno-história, conteúdos obrigatórios pela Lei 11.645/08, que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Mesmo estudando semanalmente sobre a história da cultura indígena, é importante reforçar esse conteúdo para que as crianças possam fixar a importância de manter suas tradições.

O presente trabalho tem como sujeito de estudo o povo Potiguara da Paraíba. Com esta pesquisa almejamos desenvolver oficinas sobre a temática: cultura indígena e manuseio de terras, buscando (re) introduzir e aperfeiçoar o conhecimento sobre a cultura indígena Potiguara e o cultivo de seus alimentos para despertar nos alunos o interesse pelos aspectos históricos culturais do povo Potiguara.

A pesquisa foi realizada na escola estadual Akajutibiró com alunos do 3º ano do ensino fundamental I com idades entre 8 e 9 anos. Na sala estão matriculadas 15 crianças porém, só frequentam a escola apenas 9 crianças. Fizemos três visitas na escola, as duas primeiras para conhecer as crianças, a professora, o terreno da escola e conversar com as crianças e na terceira visita já foi para colocarmos em prática o nosso projeto. Em sala, no decorrer da semana foram resgatadas as tradições indígenas, sua cultura e a valorização do plantio usando também pela professora a interdisciplinaridade.

A finalidade da pesquisa é ajudar a despertar nos alunos a sensação de orgulho de ser indígena, valorizando sua cultura e repassando esses conhecimentos para suas famílias até mesmo ajudando os seus próprios pais na agricultura familiar.

A pesquisa teve como objetivo geral desenvolver uma oficina sobre a temática cultura e manuseio de terras buscando resgatar e aperfeiçoar o conhecimento sobre a cultura indígena Potiguara e o cultivo de seus alimentos.

No primeiro momento deste trabalho buscamos despertar o interesse pelos aspectos históricos e culturais contextualizando um breve histórico dos Potiguaras na Paraíba, apresentando suas lutas até chegar aos dias atuais e se aprofundando na vivência da aldeia Akajutibiró, onde realizamos a pesquisa.

Na segunda etapa tentamos discutir e investigar o que é Educação do Campo, ressaltando sua importância e debatendo sobre uma educação preparada metodologicamente para determinadas áreas do campo, como na educação indígena que necessita de uma atenção especial valorizando assim sua cultura e seus costumes.

No terceiro momento, apresentamos a relevância da agricultura familiar entrelaçando com a cultura indígena, já que nosso foco com as crianças é a (re) introdução de um dos costumes indígenas: o manuseio de terra para plantação de alimentos. Neste capítulo, abordamos a importância do cuidado com as terras, principalmente junto com a família e as crianças indígenas que necessitam se aprofundar sobre esse assunto.

Diante disso, no quarto e último capítulo, elaboramos atividades na prática para que as crianças indígenas aprendessem com a realidade na qual estão inseridas. Tentamos analisar o conhecimento prévio dos alunos quanto à temática cultura indígena e suas tradições proporcionando oficina e debate em sala para (re) introduzir esses costumes.

## 2 CONHECENDO OS POTIGUARAS

*“O índio só pode sobreviver dentro de sua própria cultura”  
(Orlando Villas Boas)*

Os índios já habitavam o Brasil antes da colonização portuguesa, que ocorreu de 1500 a 1822. Logo nos primeiros contatos com os indígenas, os colonizadores portugueses perceberam uma diferença nos seus hábitos e modo de vida. Os invasores perceberam que os índios tinham conhecimentos e habilidades que poderiam ser aproveitados em favor deles.

Desde o início da colonização, os portugueses buscaram dominar e tirar proveitos das populações nativas, de seus conhecimentos e de sua força de trabalho. Na verdade, eles precisavam de mão de obra para trabalhar no corte de madeira (pau-brasil), no transporte de mercadorias e outras funções que precisavam de esforço. Com a grande resistência dos índios, muitos foram massacrados e mortos.

Dentre tantos índios que tiveram uma forte resistência, destacamos os índios Potiguaras, que em 1501, quando os colonizadores portugueses chegaram com a expedição de reconhecimento das terras, reagiram com atitudes brutais contra os europeus “[...] o litoral brasileiro foi palco de diversas e sucessivas batalhas travadas pelos brancos com os habitantes que aqui viviam para apropriarem-se de suas terras” (BARCELLOS 2002, p.1).

A cidade onde atualmente encontra-se o maior número de Potiguaras é a Baía da Traição. O município recebeu este nome por conta da traição sofrida por tripulantes de Américo Vespúcio. Quando a comitiva chegou às terras brasileiras, as índias desta localidade acenaram chamando os tripulantes que, ao se aproximarem, caíram em uma cilada e foram mortos. Além disso, o território sofreu inúmeras tentativas de invasão dos europeus (BARCELLOS, 2002). Muitos Potiguaras foram escravizados e massacrados pelos colonizadores e os sobreviventes foram agrupados em aldeamentos, separados, para dificultar qualquer futura resistência.

Diante disso, as tradições indígenas dos Potiguaras sofreram muitas modificações “[...] da antiga cultura indígena nada sobrou [...]” (BARCELLOS, 2002). Os Potiguaras que residem na Baía da Traição vivem de acordo com os padrões existentes em sua região e eles têm muito contato com o não indígena devido ao aumento da população, o que dificulta manter sempre viva sua cultura e tradições.

Na educação, é de extrema importância a valorização e essa (re) introdução dos costumes indígenas. Relembrar a trajetória dos índios desde 1500 até os dias atuais faz com que os alunos reflitam e tenham atitudes diferentes no decorrer de sua vida. A história indígena não deve ser estudada apenas no ensino médio, quando se estuda a história da Paraíba, mas em todos os níveis de ensino, desde o ensino Fundamental.

As escolas indígenas da Baía da Traição lecionam assuntos com objetivos de conscientizar toda comunidade escolar sobre suas lutas e conquistas no Brasil e na Paraíba. As unidades escolares também trabalham para conscientização juntamente com funcionários sobre a importância do manuseio da terra para plantio, buscando uma alimentação saudável e reforçando a todos que isso era um hábito que os indígenas de 500 anos atrás tinham para sobreviver, uma tradição que foi se perdendo com o passar do tempo e com a urbanização próxima aos aldeados.

## 2.1 OS POTIGUARAS NA PARAÍBA

Potiguara, palavra de origem tupinambá, é a denominação de povos indígenas que, no século XVI, habitavam o litoral do nordeste brasileiro e significa “pescadores de camarão”, “catadores de camarão” ou “criadores de camarão” (BARCELLOS, 2002).

Conhecidos desde 1501, os Potiguaras viviam em um território muito grande, que se estendia pela costa do Nordeste entre Fortaleza/CE e João Pessoa/PB. Na Paraíba, os indígenas ocupavam todo o vale do rio Mamanguape, litoral norte, desde a Baía da Traição/PB até Serra da Raiz/PB. Segundo (Barcellos, 2002) os índios Potiguaras tiveram um grande papel na guerra de conquista da Paraíba.

Nas guerras com os europeus, os indígenas tinham três opções: tornarem-se cristãos através dos jesuítas, serem escravizados ou resistir, mas, a consequência de resistência poderia ser a morte. Dois sertanistas tiveram destaque aqui na Paraíba conhecidos como cruéis: Teodósio de Oliveira Ledo e Domingos Jorge Velho. Eles cometeram uma grande chacina contra os índios. O genocídio foi tão grande que muitos indígenas chegaram a se suicidar ou morreram de tristeza.

No decorrer da história, os Potiguaras tiveram contato com os franceses, que na Baía da Traição fundaram um entreposto comercial e seus navios, de anos em anos, vinham buscar pau-brasil e algodão. Alguns franceses chegaram a morar com os indígenas para organização do comércio, pois, o contato entre eles foi diferente do contato com os portugueses.

Ocorria que os franceses, diferentemente dos portugueses, não pretendiam tomar as terras Potiguaras e escravizá-los. Seu relacionamento com os indígenas era amistoso. Os Potiguaras trabalhavam para os franceses, extraindo pau-brasil e embarcando-o em troca de objetos variados (GURJÃO, 2001, p.24).

Para o rei de Portugal, a presença dos franceses era inaceitável pois o pau-brasil tinha um valor muito alto, era a riqueza do Brasil. Sendo assim, as relações foram se agravando e se tornando cada vez mais conflituosas.

O rei de Portugal criou a Capitania Real da Paraíba desunindo da Capitania de Itamaracá. Com a Capitania da Paraíba criada, os portugueses tentaram várias vezes conquistar o território, mas, todas as batalhas foram perdidas e houve muito sangue indígena derramado. Em 1585 efetivou-se a conquista e ocupação da nova Capitania:

Vencidos os Tamoios, seria a vez dos Potiguaras do Nordeste lutarem contra os portugueses, quase ininterruptamente durante 25 anos, a partir de 1574. Nesta guerra mataram um número razoável de portugueses e muitos indígenas aliados, porém sofreram também muitas baixas. Apesar de tudo, os Potiguaras resistiram até 1599, quando se renderam, após terem sido dizimados por uma epidemia de varíola (MOONEN, 2008, p.13).

Os índios foram guerreiros, valentes e sobreviviam apenas da caça, da pesca e da coleta de vários frutos nativos da região. Depois de toda essa trajetória, a cultura indígena ao longo do tempo foi tomando outros significados e se adaptando às culturas atuais. Os Potiguaras são um dos poucos povos indígenas a se manterem de pé, cumprindo com suas tradições e crenças.

Os Potiguaras fazem parte dos povos que falavam a língua Tupi. Hoje, no entanto, falam o português, mas estão revitalizando a língua nativa na educação escolar, resgatando sua linguagem materna geralmente com uma aula por semana.

Segundo o último censo do IBGE (2010), a população potiguara tem cerca de 9 mil indígenas entre habitantes das aldeias e das cidades ao redor que são: Baía da Traição, Rio Tinto e Marcação, porém, já se passaram oito anos após o último censo, havendo a probabilidade do aumento dessa população.

Os Potiguaras ficam situados numa área do litoral norte paraibano. Muitos indígenas vivem em outras cidades como Mamanguape, João Pessoa e até mesmo fora do estado da Paraíba como no Rio de Janeiro. Eles fazem parte da pouca parcela de remanescentes dentre os povos indígenas situados no Brasil a permanecerem no mesmo lugar com suas tradições desde a chegada dos colonizadores.



Uma das atividades culturais tradicionais dos índios Potiguaras é a dança do Toré, um ritual sagrado que fazem em agradecimento e celebração de amizades entre as aldeias reforçando a união entre os grupos. Na praia do Forte, na Baía da Traição, existe uma oca<sup>1</sup> que é da Associação Toré Forte, composta por mulheres indígenas da Aldeia do Forte, onde acontece com frequência o ritual com presença de mulheres, homens e crianças.

Dentro e fora da reserva indígena, os índios vivem da pesca, da captura de siris e caranguejos, da carcinicultura ou cultivo de camarão e também se dedicam às atividades agrícolas, principalmente do milho, feijão, mandioca, inhame e coco, tradições mantidas nas aldeias. Cada vez mais, parcelas da comunidade indígena concentram esforços no sentido de fortalecer ações que tragam benefícios para todos, fortalecendo cada dia mais seus costumes, sua cultura, sua identidade.

## 2.2 A ALDEIA AKAJUTIBIRÓ

A comunidade indígena Akajutibiró não tem nenhum registro histórico, então através de conversas com os moradores e baseando-se em um trabalho de conclusão de curso de Jornalismo de um morador da aldeia, chamado José Ferreira Padilha Netto (PADILHA NETTO e MILANÊS, 2017), foi que conseguimos desenvolver e construir esse tópico de nosso trabalho.

Nos séculos passados, quando ocorreu a conquista portuguesa da Paraíba, os Potiguaras pertencentes à grande família Tupi habitavam as extensões de terra no Nordeste, constituindo-se em uma das maiores tribos indígenas nordestinas. Tinham a terra como a “grande mãe”, geradora de vida e sustento, mediando o cultivo de plantas frutíferas e medicinais, tanto para o sustento como para fazer trocas com outros indígenas.

Após várias invasões dos portugueses, franceses e holandeses, ainda existiam pessoas querendo dominar e tomar as terras indígenas. A família Dantas foi um exemplo disso. Após ter chegado às terras da Baía da Traição, uma região farta de plantas nativas, onde hoje encontramos a Aldeia Akajutibiró, logo tomou posse de todo território, fazendo com que os indígenas que ali habitavam não pudessem consumir nada e viver suas origens.

O local onde fica situado a aldeia também passou por outros donos. João Dantas, assassino de João Pessoa, governador da Paraíba na década de 1930, se escondeu nas áreas. Após a morte de João Dantas, em 06 de outubro de 1930, sua amante Adalgiza Falcão

---

<sup>1</sup> Nome dado à habitação típica dos indígenas brasileiros.

repassou o sítio para um senhor conhecido como Melo. Com isso, o dono das terras nomeou o vasto território de: Sítio do Melo.

O novo proprietário, no entanto, não passou muito tempo no local e vendeu todo o território para Chico Locó. Este também não durou muito tempo na localidade, e assim também vendeu toda a propriedade para uma família de Campina Grande, que além de negociar as terras, de propriedade dos indígenas Potiguaras, queriam mais território até as margens do rio Sinibú. Isso revoltou os Potiguaras, já que, os sustentos dos índios vinham da pesca e plantio.

Com tanta revolta dos indígenas, mais uma vez começam as lutas pelas terras. Os Potiguaras invadiram o sítio armados com foices e enxadas e conseguiram a expulsão da família campinense. O sítio do Melo, então, ficou livre para os indígenas retomarem seus costumes com a caça, a pesca e a colheita. Após passar por tantos conflitos e poucas vitórias dos índios, chegam ao sítio do Melo Dona Ana e seu marido Francisco, que dão início ao processo de povoamento na região, mas com pouco tempo se mudaram da localidade.

Em 1984, chega ao sítio do Melo, Ênio Gomes, ajudante de topógrafo da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Ênio trabalhava viajando por vários estados e sempre queria morar em lugar tranquilo, onde pudesse colocar em prática tudo o que aprendeu na vida, principalmente agricultura, uma área que ele tanto gostava. Ele visualizou no sítio do Melo um espaço agradável e com um futuro de ser uma nova comunidade indígena com a possibilidade de se tornar dono de uma grande extensão de terra, já que Ênio Gomes também era indígena.

Antônio Ferreira, conhecido como Marcelino, também de origem indígena, foi morar com Ênio em setembro de 1990, então, diante das necessidades daquela comunidade, passou a levar utensílios básicos para a vivência local como: água potável, orelhão telefônico e energia elétrica. Naquela época, habitavam apenas sete famílias no Sítio do Melo. Ao passar nove anos, em 30 de maio de 1999 foi criada a Associação de Amigos e Moradores de Akajutibiró e nessa mesma data o local passou a ser chamado de Sítio do Melo, onde foi oficializada a Aldeia Indígena Akajutibiró. Esse nome significa a terra do caju azedo, pois em todo território existia uma grande extensão de terra com cajueiros, mas o principal objetivo foi nomear a aldeia com o primeiro nome da cidade de Baía da Traição, antiga Baía da Akajutibiró.

Na mesma época, Marcelino foi eleito, por unanimidade, cacique da comunidade e liderou por quinze anos, deixando para a comunidade várias conquistas. Sempre visando o bem da comunidade, através das terras doadas por Ênio, Marcelino foi em busca de verbas e

em 2004 fez um Centro Cultural Atividade Múltiplas (A Oca). Em 2006, através de reivindicações da comunidade, para ter educação próxima sem precisar se deslocar para a cidade, começou a construção da escola estadual Akajutibiró, que gerou emprego e renda para a comunidade local, sendo então inaugurada em 2007.

Fotografia 1- Frente da Escola Estadual Akajutibiró



Fonte: PAIVA, Claudijane. Registro de 2018.

Em junho de 2012, Marcelino entregou a liderança, pois passava por alguns problemas de saúde. Ainda no mesmo mês, aconteceu a eleição para eleger o novo líder da comunidade. As eleições acontecem de forma democrática: o voto secreto é depositado em uma caixa, sendo contabilizado no final e quem obtiver 50% dos votos mais um é eleito. Tem direito ao voto todo indígena a partir de dezesseis anos que more na própria aldeia.

Em 2012, a liderança eleita foi o professor Idelfonso Evangelista Marques, que assumiu por quatro anos. Uma nova eleição só acontece quando mais da metade da população requer a mudança da liderança. Em janeiro de 2016 aconteceu uma nova eleição com três candidatos e com apenas um voto de diferença do segundo colocado foi eleita a primeira mulher cacique da Akajutibiró, a agente de saúde Crizelba Padilha que está à frente da comunidade até hoje reivindicando direitos e conquistas para toda aldeia.

Hoje, a aldeia tem aproximadamente 320 famílias, segundo relato da cacique Crizelba. Atualmente, a escola estadual Akajutibiró, a única escola da aldeia, conta com cerca de 50 funcionários, sendo todos indígenas e acobertados pela Resolução CEB nº 3, de 10 de novembro de 1999, que dá o direito e autonomia aos índios que trabalham nas escolas indígenas de qualquer território pertencente aos nativos.

### 3 UM BREVE HISTÓRICO SOBRE A EDUCAÇÃO DO CAMPO

*“Somos herdeiros e continuadores da luta histórica pela constituição da educação do campo como um direito universal [...] a nossa luta é no campo das políticas públicas, porque esta é a única maneira de universalizarmos o acesso de todo o povo à educação. ”*

*(Roseli Salete Caldart)*

Os habitantes do meio rural sempre foram excluídos dos planos educacionais, desde quando foi criada a primeira lei geral de educação no Brasil, tendo como foco uma educação voltada para as classes dominantes. O descaso e o abandono por parte do estado brasileiro para com toda população rural se estenderam por vários anos. Atualmente, com a mobilização de grupos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e com o apoio nas universidades, as comunidades rurais e camponesas têm conseguido mais êxito no âmbito da Educação do Campo.

A Educação do Campo surgiu primeiro como educação básica do campo com a I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo que foi realizada em Luziânia/GO em 1998, mesmo ano em que surgiu o Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (PRONERA), fundado pelo Governo Federal.

O Seminário Nacional em 2002, que aconteceu em Brasília, também ajudou na formulação da nomenclatura, e foi a partir desse momento que a educação voltada para as comunidades camponesas passou a ser chamada de Educação do Campo, mas nada concretizado ainda. Logo depois, houve a II Conferência Nacional em junho de 2004, e aí se consolidou a nomenclatura.

O debate para mudar a nomenclatura para Educação do Campo aparece em 2002 no contexto da aprovação do parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) nº 36/2001:

A educação do campo, tratada como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caçaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não-urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana. (BRASIL, 2001)

Diante disso, observamos que a Educação do Campo tem um significado muito importante na vida da população do campo, pois existe uma pluralidade cultural que deve ser preservada.

Toda luta no processo da constituição da Educação do Campo, que acontece até os dias de hoje, nasceu do desejo de mudança, de igualdade e de valorização, uma luta protagonizada principalmente pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Para isso, eram necessárias experiências históricas e de luta como do Movimento de Educação de Base (MEB), do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) e de organizações sindicais e diferentes comunidades.

O Brasil foi marcado pela negligência com a educação ao sujeito do campo, embora tenhamos avanços em muitos aspectos, a exemplo de leis, métodos pedagógicos, material didático e outros atributos que buscam atingir uma educação adequada ao campo. Porém, ainda há muito o que se construir para chegar à Educação do Campo ideal.

### 3.1 O QUE É EDUCAÇÃO DO CAMPO?

A escola do campo nasce e se desenvolve no centro do movimento para o estabelecimento da Educação do Campo, a partir das experiências da formação humana, dos movimentos sociais dos camponeses por terras e mobilização de educadores.

A Educação do Campo nada mais é que uma modalidade de educação que ocorre em um espaço denominado rural e nela é preciso considerar a diversidade contida em seu espaço, contemplando no currículo escolar as características de cada local onde a escola está inserida, bem como as particularidades dos saberes presentes nas comunidades.

A LDB 9394 de 20 de dezembro de 1996 refere-se à Educação do Campo voltada para as comunidades rurais e no seu artigo 28 e seus incisos I a III trata:

- I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III - adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996)

A LDB, neste único parágrafo, ressalta a importância e a necessidade de adequação da escola à vida do campo passando a ser compreendida, de fato, nas suas especificidades e singularidades no âmbito do direito à igualdade e do respeito às diferenças.

A Educação do Campo nasce, então, para tentar resgatar uma dívida histórica de desvalorização dos sujeitos do campo. Assim, as comunidades camponesas passaram a ser valorizadas com a Educação do Campo, educação que tem como objetivo contribuir para a

preservação das especificidades culturais, econômica, religiosa e social do sujeito do campo. Essa educação também dá garantia à efetivação do direito do indivíduo em escolarizar-se.

A defesa da Educação do Campo se justifica como uma ação afirmativa para correção da histórica desigualdade sofrida pelas populações do campo em relação ao seu acesso à educação básica e superior. Porém essa desigualdade tem determinantes históricos mais radicais e mais profundos: não é apenas desigualdade de acesso, mas da classificação dessas populações como diversas pelo padrão segregador do conhecimento, que é estruturante em nossa história política. A luta pelo conhecimento pressupõe a luta contra o padrão segregador de conhecimento (CALDART et al., 2012, p. 235).

Sabe-se que, ao longo da história, o processo de educação se deu no intuito de integralizar esses sujeitos do campo à sociedade predominante, no entanto, esses povos foram oprimidos e suprimidos por aqueles que estavam no poder.

O protagonismo dos movimentos sociais camponeses no batismo originário da Educação do Campo nos ajuda a puxar o fio de alguns nexos estruturantes desta “experiência”, e, portanto, nos ajuda na compreensão do que essencialmente ela é e na “consciência de mudança” que assinala e projeta para além dela mesma (CALDART et al., 2012, p. 259).

Os direitos garantidos hoje por lei foram conquistados a partir de muitas mobilizações e articulações constantes dos movimentos sociais e organizações ligadas ao povo do campo. Essas lutas sempre foram em busca de uma educação que não reproduzissem no campo os conhecimentos da escola urbana. Por isso, a educação no e do campo são para sujeitos que tenham o campo como seu espaço de vivência.

[...] a educação do campo é um projeto educacional compreendido a partir dos sujeitos que tenham o campo como seu espaço de vida. Assim, ela deve ser no e do campo. No porque o povo tem o direito de ser educado no lugar onde vive e do pois o povo tem o direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação vinculada a sua cultura e as suas necessidades (LIMA FILHO e JANATA apud SAPELLI et. al. 2005).

Por isso, a Educação do Campo contém propostas que mostram o campo como lugar de vida digno e significativo, ou seja, ela tem a missão de fixar as populações rurais no campo, que muitas vezes migram para as cidades urbanas em busca de uma educação melhor, mas, que fogem de sua realidade. Compreendemos que a Educação do Campo não se adapta à vida do campo, mas, ela é formada e instruída por sujeitos do campo.

A educação indígena também está inserida na Educação do Campo, porém tem suas especificidades. O movimento indígena tem buscado através da educação escolar indígena ferramentas que fortaleçam a cultura e a cidadania. Esses atributos são necessários para os povos indígenas, principalmente para os Potiguaras que têm uma história de processo de luta pela sobrevivência de sua cultura e de sua identidade.

Portanto, a educação indígena no âmbito escolar tem como objetivo fortalecer a luta pelo fortalecimento dos povos indígenas. A educação é um valioso instrumento de apoio, que procura incentivar, através de projetos educativos, as diversas sociedades à lutarem pelo direito de decidir sobre sua vida comunitária, suas leis, suas regras e suas instituições.

#### 4 AGRICULTURA FAMILIAR

A expressão agricultura familiar vem ganhando autenticidade social e científica no Brasil, sendo utilizada com frequência nos discursos dos movimentos sociais, sindicatos, escolas, órgãos governamentais e estudiosos que se aprofundam e se ocupam da agricultura e do meio rural. A luta em defesa desse tipo de agricultura é grande, pois, nem todas as famílias têm condições financeiras para manter uma determinada plantação e nem todos os órgãos competentes auxiliam essas famílias.

A agricultura familiar recebe esse nome porque o processo de plantio e colheita de alimentos é realizado por grupos de famílias que aplicam técnicas de cultivo e extrativismo unindo práticas tradicionais a conhecimentos populares. Além disso, as famílias sobrevivem da venda dos produtos que plantam, gerando uma fonte de renda financeira sustentável, fruto do trabalho em equipe realizado no campo.

Com a expansão do agronegócio, muitas dificuldades são enfrentadas pela população do campo, inclusive os indígenas Potiguaras da aldeia Akajutibiró. Um dos fatores existentes na aldeia é o êxodo rural de diversas famílias, pois muitos da comunidade não têm perspectiva de vida e se veem obrigados a deixar o campo em busca de melhores condições de vida, principalmente oportunidade de emprego nas cidades mais próximas.

Mesmo com o êxodo rural, ainda existem muitas famílias do campo que resistem às mudanças para zona urbana e continuam com a cultura do plantio tradicional do campo, diminuindo, assim, o impacto ambiental causado pelos sistemas modernos. Com o cultivo de uma agricultura sustentável, dois grandes estragos ambientais podem ser combatidos: a monocultura e o uso de agrotóxicos nas plantações. O uso de substâncias tóxicas traz prejuízos à saúde humana, podendo ser muitas vezes fatal.

A Lei 11.326 é um avanço na definição de práticas públicas para o estabelecimento da agricultura familiar do campo, nela consta:

Art. 4: A Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais observará, dentre outros, os seguintes princípios:  
I - descentralização;  
II - sustentabilidade ambiental, social e econômica;  
III - equidade na aplicação das políticas, respeitando os aspectos de gênero, geração e etnia;  
IV - participação dos agricultores familiares na formulação e implementação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais (BRASIL, 2006).

Além no Art. 4, esta lei estabelece outros conceitos, princípios e diretrizes para a criação de uma política nacional resistente e eficiente ligada à agricultura familiar.



A agricultura familiar na Baía da Traição foi mais forte por volta do ano de 1975, quando os Potiguaras tiravam seu sustento de tudo o que plantava com uma agricultura. As principais plantações existentes nessa época era a mandioca, o milho, a batata, o feijão, o jerimum e o amendoim. Além desses alimentos, os Potiguaras plantavam algodão e fumo como uma forma de ajudar em sua renda financeira. Esses indígenas também plantavam para negociar com outros índios e brancos ainda sobrava o suficiente para sua alimentação.

Em 1975, tudo era diferente, as áreas cultivadas pelas famílias eram pequenas o que ocasionava pouca variação de alimentos, mas eram suficientes para se alimentarem e comercializar. Nos dias atuais, no entanto, tudo se torna mais dificultoso por conta do aumento do agronegócio e do êxodo rural, desestimulando os aldeados potiguaras.

Um dos fatores principais que prejudica a agricultura na aldeia Akajutibiró é a terra da região. O solo disponível para o plantio é formado por uma terra solta, de praia, a qual não é fácil cultivar qualquer tipo de planta. Por isso, o solo da região necessita de um preparo na terra com argila e estrume para poder plantar e nem todos os moradores tem condições financeiras para investir nesse processo.

Algumas famílias da aldeia Akajutibiró possuem plantações de hortas em suas casas, mas, são cultivadas em tabuleiros de madeira suspensos, e o cultivo é utilizado para sua própria alimentação. Em outras aldeias mais distantes podem ser encontradas plantações de diversos alimentos que são vendidos nas cidades mais próximas ou a empresários que sempre querem comprar por um baixo custo desfavorecendo todo esforço e trabalho indígena. Mas, é através dessas vendas que os indígenas nessas aldeias sobrevivem gerando fonte de renda com esse trabalho.

Com o aumento de pessoas da cidade nas aldeias, cada vez mais a tradição da agricultura familiar é extinta, pois essas pessoas da zona urbana não têm o conhecimento popular que os indígenas possuem e não dão prosseguimento a essa tradição. Por isso, constatamos que há uma grande necessidade de conscientização e de uma (re) introdução dos costumes indígenas nas escolas, principalmente na escola estadual Akajutibiró, que fica localizada em uma aldeia que pouco se planta.

Essa conscientização visa uma educação diferenciada que traga alcances significativos no processo de aprendizagem utilizando a interdisciplinaridade e, ainda, despertando nas crianças a vontade de manusear a terra, estimulando-as a ajudar seus pais e suas famílias impulsionando-os a aderir à agricultura familiar.

O fundador da aldeia Akajutibiró, S. Ênio, relata que: “é importante a iniciativa de trabalhar a horta com as crianças, pois elas devem ser incentivadas desde pequenas a fazerem coisas boas que possam utilizar disto no futuro próximo”. Ele ainda ressalta que as crianças dos dias atuais vivem em função da tecnologia e de redes sociais o que leva ao desinteresse de aprender e desenvolver suas culturas mais tradicionais.

Ao percebermos esta grande importância de uma (re) introdução na cultura indígena, optamos por incentivar as crianças a produzirem uma horta na escola levando a conscientização e valorização de seus costumes tendo assim, um ensino aprendizagem de troca de conhecimentos entre professor e aluno. Apesar da maioria dos pais dessas crianças manusear terras em casa para plantação de alimentos, algumas crianças ainda não sabiam como lidar com a terra e com os processos de plantação, chegando a dizer: “tia, vou gostar de aprender para ajudar minha mãe na horta de coentro dela”.

## 5 COMO SE DÁ O PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

Nesta etapa, buscamos descrever nossa inserção na escola Akajutibiró realizando uma pesquisa empírica com o objetivo de fortalecer seus conhecimentos sobre sua cultura e colocá-las em prática.

Nosso recorte de estudo foi na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Akajutibiró, localizada na Aldeia Akajutibiró, na Baía da Tradição, com crianças do 3º ano do Ensino Fundamental I. A pesquisa foi realizada com o apoio da professora de sala Crizélia, que foi de extrema importância nesse processo.

Dividimos a pesquisa em duas partes: observação da escola e sala de aula para identificar se as crianças tinham acesso diariamente a conhecimentos de sua cultura e a intervenção com as crianças criando uma horta na escola.

No nosso primeiro e segundo contato com a observação da escola e da sala de aula fomos recebidos muito bem por toda comunidade escolar e quando lançamos a proposta da oficina para montar uma horta com as crianças a direção e a professora logo concordaram e acharam muito interessante, pois na escola já existia um projeto com essa proposta, mas foi extinto pela falta de continuidade.

A turma que participou da pesquisa possui 15 alunos matriculados na caderneta, no entanto, houve uma grande evasão da escola, restando apenas 9 alunos frequentes em sala de aula e todas que permaneceram são meninas. Um dos fatores para essa evasão foi a má administração da escola por parte da direção, chegando ao ponto da Cacique Crizelba pedir o afastamento da direção junto ao Ministério da Educação e solicitando outro diretor para a escola.

No decorrer das aulas semanais, a professora Crizélia usava a interdisciplinaridade para reforçar com as alunas o conceito de cultura, a importância do cultivo, o manuseio da terra, da valorização da cultura indígena, despertando a curiosidade nas crianças.

Uma semana antes para a realização da oficina com as crianças, a professora Crizélia pediu a suas alunas que trouxessem para escola um pouco de estreme para a preparação da terra antes de plantar. As sementes de pimentão, tomate e coentro a professora tinha em casa e levou no nosso terceiro encontro.

No terceiro encontro, foi realizada a oficina para construir a horta. As crianças nos receberam enchendo de beijos, abraços e se demonstraram curiosas para colocar a mão na terra. Antes de ir para o local escolhido pela professora, criamos um diálogo com as crianças

em sala sobre a importância de (re) introduzir sua cultura no ambiente escolar. A conversa foi conduzida com o objetivo de incentivar as crianças a buscarem conhecimentos na prática com sua família e até mesmo para elas repassarem esses conhecimentos obtidos na escola para outras pessoas.

Após sairmos da sala de aula, fomos em direção ao terreno da escola onde o agricultor e também funcionário da escola já tinha preparado o local com galhos de pé de coco para o Sol não queimar a horta. A horta foi montada no mesmo local que existia a outra horta que foi extinta, pois, a terra já estava preparada para receber qualquer tipo de plantio. Por predominar na aldeia Akajutibiróa terra solta, areia de praia, não tinha como plantar em qualquer local da escola. Reforçamos a terra com o estrume que as crianças levaram para a escola, aguamos o solo e plantamos pimentão, tomate e coentro.

Fotografia 2: Sementes de pimentão, tomate e coentro



Fonte: PAIVA, Claudijane. Registro de 2018

Fotografia 3: Alunas do 3º ano com as sementes em mãos para o plantio



Na escola, existe plantação de macaxeira, porém, não é usada na merenda escolar, pois a plantação é de um senhor da aldeia que utiliza o terreno da escola para o plantio e nem todas as vezes ele dá alguns quilos para a merenda da escola. A intencionalidade da horta é para as crianças aprenderem a manusear e plantar e também a cuidar e colher o que foi plantado para usar na merenda escolar.

Fotografia 4: Ajudando as crianças a preparar a terra para receber as sementes



Fonte: PAIVA, Claudijane. Registro de 2018.

Fotografia 5: Aluna plantando coentro



Fonte: PAIVA, Claudijane. Registro de 2018.

Após finalizarmos a horta com o auxílio da professora Crizélia e S. Antônio, funcionário da escola e agricultor, retornamos para sala de aula e fizemos uma discussão

sobre o nosso trabalho desenvolvido com o plantio. As crianças ficaram encantadas ao colocar a mão na terra e produzir uma horta, alguma delas relatou que iam ajudar os pais em casa e todas disseram que iam ter todo cuidado com a horta, que não iam deixar as plantas morrer.

Ficamos satisfeitos com o trabalho desenvolvido, pois nosso papel de (re) introduzir esse costume indígena, que está sendo extinto a cada dia, foi feito com êxito deixando as crianças felizes com o que aprenderam. A expectativa é que as alunas levem o aprendizado para rotina diária delas lembrando das lições de preservação com a plantação, de cuidado com o meio ambiente e da alimentação livre de agrotóxicos.

Após uma semana que plantamos, já podíamos ver o crescimento da horta, fruto de todo cuidado das crianças durante a semana, que aguararam o solo e protegeram as mudas do sol para as folhas não fossem queimadas.

Fotografia 6: As plantas da horta crescendo



Fonte: PAIVA, Claudijane. Registro de 2018

Fotografia 7: As alunas observando a horta após terem limpado e agitado o solo



Fonte: PAIVA, Claudijane. Registro de 2018.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final de nosso trabalho, acreditamos que conseguimos alcançar nosso objetivo proposto, pois tivemos a oportunidade de aprofundar nossos conhecimentos sobre a cultura indígena e seus costumes e buscamos repassar esses conhecimentos para as futuras gerações desse grupo Potiguara incentivando as crianças a darem importância às raízes culturais de cada povo principalmente dos indígenas, afirmando sua identidade e mantendo viva na memória suas próprias origens.

Nessa abordagem, nossa pesquisa mostra o quanto os Potiguaras sofreram e lutaram para chegar onde estão hoje, passando por diversas lutas corporais e lutas para consolidarem a resistência para sobreviver em suas terras. No contexto da cultura indígena, percebemos que nos dias atuais levamos em nossa rotina traços de seus costumes, seja na culinária, na dança, nas vestes ou no modo de viver.

Desse modo, consideramos relevante a importância da valorização da cultura indígena, levando para a prática tudo que aprende em sala e valorizando os conhecimentos prévios que cada aluno que traz consigo algo que pode ser explorado em sala gerando diálogos e construindo novos aprendizados.

Outro aspecto a ser ressaltado é a importância do Curso de Pedagogia com Aprofundamento na Educação do Campo para a formação de professores que atuam na zona urbana e zona rural (do campo). Por meio desse curso, o profissional de educação desenvolve uma consciência diferenciada sobre a realidade da educação, gerando um olhar mais atento para pessoas que realmente precisam da educação para se tornarem, de fato, cidadãos. Isso desperta o sentimento de orgulho de ser professor em nosso tempo, pois ajuda na valorização das diversas culturas e saberes herdados de gerações e colabora na construção de uma educação transformadora e cidadã.

Com a Educação do Campo as comunidades podem afirmar sua identidade e dignidade ao descobrir, redescobrir e potencializar seus conhecimentos e culturas por meio da luta traçada pela escola do campo, especificamente a escola indígena que apresenta modalidades inovadoras na educação, desafiando os educadores para a promoção de currículos específicos, ou seja, de uma educação mais específica. Nessas condições é que possibilitam às crianças e jovens a continuarem na luta pelos seus direitos de cidadania, pela valorização de suas culturas e pela valorização de seus conhecimentos herdados de seus antepassados.



Nesse sentido, os educadores do campo devem ter uma formação específica para atuarem no campo e na escola indígena. O ideal é que os educadores sejam indígenas e com formação específica para escola indígena atendendo para as necessidades dos educandos e não tenham uma mentalidade da educação urbana. Esses educadores devem ter currículos específicos, calendários que atendam a disponibilidades dos educandos e projeto político pedagógico que seja adequado aos integrantes do campo.

Esta pesquisa foi de fundamental relevância, pois estudando sobre a cultura e os costumes do indígena Potiguara, buscando (re) introduzir um de seus costumes para despertar nas crianças a importância da valorização de sua identidade, foi possível refletir o quanto os indígenas foram importantes para a construção e desenvolvimento do Brasil. Além disso, foi possível perceber a forte presença dos costumes indígenas na nossa vida, algo que às vezes não é percebido em nosso cotidiano.

Esse Trabalho de Conclusão de Curso também colaborou para uma reflexão do papel desenvolvido pelo pedagogo com aprofundamento na Educação do Campo, que tem como objetivo trazer ações metodológicas inovadoras para serem praticadas dentro da sala de aula, trazendo para o cotidiano educacional dos alunos experiências culturais das próprias comunidades, ensinando-os não apenas o cronograma básico de ensino, mas também o respeito pela identidade, contexto, cultura, cotidiano e ideologias dos seus respectivos grupos sociais.

## REFERÊNCIAS

BARCELLOS, Lusival Antônio. **O ressurgir dos Potiguaras**. UFRN, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Diretrizes Operacionais Para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Brasília: MEC, 2002.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm) . Acesso em: 23 de maio de 2018.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB n.º 3, de 10 de novembro de 1999**. Fixa diretrizes nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e dá outras providências. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb03\\_99.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rceb03_99.pdf) . Acesso em: 23 de maio de 2018.

BRASIL, IBGE. **Censo Demográfico**. 2010. Disponível em: [http://www.funai.gov.br/terra\\_indigena\\_3/mapa/index.php?cod\\_ti=36901](http://www.funai.gov.br/terra_indigena_3/mapa/index.php?cod_ti=36901) . Acesso em: 28 abril. 2018.

BRASIL, **Conselho Nacional de Educação**. Parecer 36/2001

CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo**. RJ, SP: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CALDART, Roseli Salete; CERIOLI, Paulo Ricardo; KOLLING, Edgar Jorge. **Educação do campo: identidade e políticas públicas**. Ed. 4. Brasília, DF: articulação nacional por uma educação do campo, 2002.

CARDOSO, Thiago Mota; GUIMARÃES, Gabriella Casimiro. **Etnomapeamento dos Potiguaras da Paraíba**. Brasília: FUNAI/CGMT/CGETNO/CGGAM, 2012.

FUNAI. **Potiguaras**. Disponível em: [http://www.funai.gov.br/terra\\_indigena\\_3/mapa/index.php?cod\\_ti=36901](http://www.funai.gov.br/terra_indigena_3/mapa/index.php?cod_ti=36901). Acesso em: 23 de maio de 2018.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Estudando a história da Paraíba**. CG: Eduep, 2001.

LUCIANO, Gersem dos Santos: **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

MOONEM, Frans. **Os índios Potiguaras da Paraíba**. 2 ed. Recife: 2008.

MOONEM, Frans. **Povos indígenas no Brasil**. 2 ed. Recife: 2008.

MOONEM, Frans. **Os índios Potiguara de São Miguel de Baia da Traição**: passado, presente e futuro. João Pessoa: Editora UFPB, 1989.

PADILHA NETTO, José Ferreira e MILANÊS, Renata Cantalice. **Documentário radiofônico**: Akajutibiró: a terra do caju azedo. 36 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, Faculdade Maurício de Nassau, Campus João Pessoa -PB,2017.

SAPELLI et. al. **Pedagogia do campo**: a serviço de quem? In: 2º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil. 2005, Cascavel-PR: Unioeste, 2005.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.